

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.594 - PT
(2019/0037928-8)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : A DO C A
ADVOGADOS : MATISJEAN SOUZA LOPES MATIAS - PE031835
EVANDRO DE LEMOS FAGUNDES - PE038040
REQUERIDO : L G DOS S A

DECISÃO

A. do C. A. formulou pedido de antecipação de tutela de homologação de sentença estrangeira proferida pela Conservatória do Registro Civil/Predial/Comercial/Automóvel Távira, Portugal, que dissolveu seu casamento com L. G. dos S. A. e homologou o acordo relativo ao exercício das responsabilidades parentais.

Afirma que, após o divórcio consensual, estabeleceu um novo relacionamento e já se encontra casado.

Sustenta que, pelo fato de a ex-mulher e a atual serem brasileiras, vem enfrentando obstáculos para a regularização do casamento no consulado brasileiro em Portugal e também problemas judiciais nas autoridades portuguesas, inclusive com o risco de ter o casamento anulado em razão da configuração de bigamia e de uma eventual deportação da atual esposa.

Pugna pelo deferimento de tutela antecipada de homologação da sentença de divórcio e extensão dos efeitos ao acordo relativo ao exercício das responsabilidades parentais.

É o relatório. Decido.

O art. 300 do CPC dispõe o seguinte sobre a concessão de tutela de urgência (grifei):

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após

justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando

houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Portanto, o juiz poderá conceder tutela de urgência, desde que evidenciada a presença concomitante dos dois pressupostos autorizadores, a saber, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, que devem estar demonstrados.

Quanto à probabilidade do direito, verifica-se que o pedido não está devidamente instruído, uma vez que a declaração de anuência da requerida, documento essencial, foi subscrita no exterior e não veio acompanhada da chancela consular brasileira ou apostila (arts. 1º e 3º da Convenção de Haia sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, c/c os arts. 2º e 3º da Resolução CNJ n. 228/2016).

Além disso, não se verifica perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

As alegações de eventual risco de ter seu casamento anulado em razão da bigamia e de empecilhos enfrentados para a regularização do casamento no consulado brasileiro em Portugal não são suficientes para a concessão da tutela.

Na vertente hipótese, a situação de urgência foi gerada pelo próprio requerente, uma vez que, conforme a certidão de trânsito em julgado (fl. 11), a sentença estrangeira foi proferida em 12 de novembro de 2015 e transitou em julgado em 3 de dezembro de 2015, sem ter havido o subsequente pedido de homologação, o qual, se promovido em tempo oportuno, não envolveria o diferimento de etapas fundamentais ao bom andamento do processo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de tutela antecipada.**

Intime-se o requerente para, no prazo de 30 dias, providenciar a chancela consular brasileira ou apostila (arts. 1º e 3º da Convenção de Haia sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, c/c os arts. 2º e 3º da Resolução CNJ n. 228/2016) na declaração de anuência da requerida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

